

**REUNIÃO  
DO EXECUTIVO**

**ACTA N.º 024/2003  
DE 03-11-2003**

**ACTA N.º 024/2003**

**Data da reunião ordinária:** 03-11-2003

**Local da reunião:** Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Santarém

**Início da reunião:** 15,45 horas

**Intervalos:** das 17,10 horas às 17,35 horas

**Términus da reunião:** 20,40 horas

**Resumo diário da Tesouraria:** 31/10/2003 .....1.930.768,57 €

**Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:**

**Presidente:** Eng.º Rui Pedro de Sousa Barreiro

Manuel António dos Santos Afonso (das 17,47 às 17,54 horas)

**Vereadores:** Eng.º José Joaquim Lima Monteiro Andrade

Manuel António dos Santos Afonso

José Marcelino

Dr.ª Hélia Santos Duarte Félix

Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz

Eng.º Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto

Dr. Henrique Manuel Soares Cruz

José Rui Pereira da Silva Raposo

**Responsável pela elaboração da acta:**

**Nome:** Maria Nazaré de Matos Ferreira Pais da Costa

**Cargo:** Chefe de Repartição em Regime de Substituição

**Faltas justificadas:**

**Faltas por justificar:**

ACTA N.º 024/2003  
Reunião de 3 de Novembro de 2003

-----ABERTURA DA ACTA-----

--- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram **quinze horas e quarenta e cinco minutos minutos**, e, dando cumprimento ao deliberado na reunião do Executivo Municipal, de vinte do mês findo, verificou a identidade e legitimidade do eleito senhor José Rui da Silva Raposo (CDU - Coligação Democrática Unitária), de quarenta e cinco anos de idade, Técnico Sindical na Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, residente em Santarém, portador do Bilhete de Identidade número 5023537, emitido pelo Arquivo de Identificação de Santarém, em vinte e um de Março de dois mil e um que, face ao pedido de suspensão de mandato da senhora Vereadora Luísa Mesquita e nos termos do disposto no artigo número setenta e nove da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tomou posse, em substituição da mesma, com efeitos a partir de vinte e um do mês findo. -----

--- **Em virtude de não constar na Ordem de Trabalhos, solicitou autorização aos senhores Vereadores para introduzir os assuntos seguintes, não tendo havido oposição:** -----

--- Um - Ligação do Nó da Senhora da Guia à Zona Industrial de Santarém – Segunda Fase: -----

--- - Acordo a estabelecer com Arnaldo Delgado Lameiras -----

--- - Acordo a estabelecer com Maria de Fátima Ribeiro Ferreira -----

--- Dois – Rua Pedro de Santarém/Largo Cândido dos Reis – Trânsito -----

--- Três - VI Congresso Mundial das Cidades Taurinas (tema para conhecimento) -----

--- Quatro – Acordo de Colaboração com o Instituto Português de Museus (tema para conhecimento) -----

--- Seguidamente deu início ao “**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**”, prestando as seguintes informações: -----

--- Um – Deu conhecimento das decisões proferidas durante as últimas semanas de acordo com o número três do artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e

**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

--- Dois – Dia vinte e dois de Outubro – Presidiu à reunião do Conselho Cinegético Municipal. -----

--- Três – Esteve presente na homenagem a Gustavo Zenkl no Salão Nobre dos Paços do Concelho. -----

--- Quatro – Manteve uma reunião de trabalho com os senhores Vereadores do PSD - Partido Social Democrata. -----

--- Cinco – Dia vinte e três de Outubro – Recebeu, em audiência, munícipes. -----

--- Seis – Esteve presente no almoço regional da Região de Turismo da Rota da Luz. ----

--- Sete – Esteve na recepção aos Congressistas do Congresso Mundial das Cidades Taurinas. -----

--- Oito – Dia vinte e quatro de Outubro – Esteve presente no almoço da Região de Turismo Dão Lafões. -----

--- Nove – Esteve presente no Cocktail de Gala comemorativo dos dez anos do Grupo Santander. -----

--- Dez – Dia vinte e cinco de Outubro - Esteve presente no almoço regional do Algarve no Festival Nacional de Gastronomia. -----

--- Onze – Dia vinte e sete de Outubro - Esteve presente no almoço regional da Planície Dourada no Festival Nacional de Gastronomia. -----

--- Doze – Concedeu uma entrevista ao Jornal Expresso. -----

--- Treze – Presidiu à reunião com os Presidentes de Junta de Freguesia sobre o Orçamento dois mil e quatro. -----

--- Catorze – Dia vinte e oito de Outubro – Recebeu, em audiência, responsáveis da Empresa Ghesa. -----

--- Quinze – Recebeu, em audiência, munícipes. -----

--- Dezassexes – Esteve presente no almoço regional do Oeste no Festival Nacional de Gastronomia. -----

**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

- Dezassete – Esteve presente na Inauguração do W Shopping.-----
- Dezoito – Dia vinte e nove de Outubro – Presidiu à reunião de Dirigentes sobre o Orçamento para dois mil e quatro.-----
- Dezanove – Esteve presente no almoço regional da Costa Azul no Festival Nacional de Gastronomia.-----
- Vinte – Presidiu à reunião do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Santarém.-----
- Vinte e um – Dia trinta de Outubro – Esteve presente na reunião do Conselho de Administração da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo.-----
- Vinte e dois – No CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, esteve presente na Inauguração do Salão Internacional de Piscinas.-----
- Vinte e quatro – Dia trinta e um de Outubro – Participou na reunião do Conselho de Administração do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas.-----
- Vinte e cinco – Reuniu-se com o senhor Secretário de Estado do Tesouro.-----
- Vinte e seis – Reuniu-se com os deputados eleitos pelo distrito sobre o PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central dois mil e quatro.-----
- A este propósito referiu que a proposta de PIDDAC para dois mil e quatro, no que concerne ao Concelho de Santarém, para além de apresentar verbas completamente insignificantes para alguns investimentos essenciais para o desenvolvimento do Concelho, apresenta, por exemplo zero para a recuperação das muralhas e barreiras de Santarém, o que, em sua opinião, é completamente inaceitável.-----
- Disse esperar que esta situação seja corrigida, dada a insegurança nas barreiras de Santarém e a necessidade urgente de intervenções.-----
- Disse ter verificado também, ausência de verbas para as ligações entre a auto-estrada e a Ponte Salgueiro Maia, correndo riscos sérios de se concluir a A-treze com um percurso de ligação à Ponte sem qualquer alternativa, prejudicando claramente munícipes e utentes daquelas vias.-----

**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

--- Estranhou o desaparecimento de verbas para a Extensão de Saúde de Alcanede que, no ano anterior tinha valores inscritos e, apesar de nada ter sido feito, este ano não foi contemplado, o mesmo sucedendo com a construção da nova Biblioteca Municipal. -----

--- Aludiu à construção do Pavilhão Desportivo da Escola D. João II que está praticamente concluído, para o qual ainda não se recebeu qualquer verba, apesar do que estava acordado, e que também não consta no PIDDAC - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central. Também o pavilhão desportivo da Escola Mem Ramires, cujo protocolo já foi assinado, não consta em PIDDAC - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central. --

--- Salientou ainda, o facto de não constar em PIDDAC - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central a variante à Estrada Nacional três (Cartaxo – Santarém), apesar de ser uma obra importantíssima. Existe uma verba exígua destinada à variante Estrada Nacional três / Estrada Nacional cento e catorze na Portela das Padeiras, cuja perspectiva de investimento coloca a resolução deste problema para dois mil e sete o que é inaceitável.-----

--- Também não se encontram incluídos em PIDDAC - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central os pavilhões desportivos de Pernes e Alcanede e o quartel dos bombeiros voluntários de Santarém e Alcanede.-----

--- Disse esperar que os senhores Deputados presentes na reunião tinham ficado sensibilizados para os problemas que apresentou e que o resultado final do PIDDAC - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central seja bastante melhor.-----

--- Vinte e sete – Presidiu à reunião preparatória da reunião de Câmara. -----

--- Vinte e oito – Dia um de Novembro – Participou no almoço Regional dos Açores, no Festival Nacional de Gastronomia. -----

--- Vinte e nove – Dia dois de Novembro - Participou no almoço Regional de Évora, no Festival Nacional de Gastronomia. -----

--- Trinta – Nas Comeiras, esteve presente nas Festas em Honra de São Simão. -----

**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

--- Trinta e um – Dia três de Novembro – Esteve presente na inauguração da exposição “Mil Anos de História”, no Largo do Seminário. -----

--- Trinta e dois – Procedeu à assinatura do Protocolo com a Santa Casa da Misericórdia sobre “Guardaria dos Monumentos.” -----

--- Trinta e três – Sublinhou alguns aspectos de interesse para o Concelho e que se prendem com a proposta de Orçamento de Estado apresentada na Assembleia da República e suas repercussões nas finanças da Autarquia e investimento no Concelho. ---

--- A este propósito referiu que, “na prática, aquela proposta de Orçamento do Estado apresenta uma subtracção de cerca de mil e vinte seis virgula cinco milhões de euros das receitas dos impostos que servem de base de cálculo de transferências para as autarquias. Os municípios têm direito a uma participação equivalente a trinta virgula cinco por cento e as freguesias a dois virgula cinco por cento da média aritmética das receitas provenientes dos impostos – IRS, IRC e IVA – no último ano relativamente ao qual o orçamento de Estado se refere. -----

--- Nos termos da Lei quarenta e dois/noventa e oito, de seis de Agosto, as Autarquias Locais globalmente têm direito a ver inscritos em cada ano os montantes correspondentes a trinta e três por cento da média aritmética das receitas provenientes dos impostos atrás referidos, ou seja doze por cento do total das mesmas receitas.” Prosseguiu referindo que “a Lei das Finanças Locais, diz claramente que as Autarquias têm direito a essa percentagem proveniente de todos aos impostos mencionados, trata-se de pagamentos efectuados por contribuintes cumpridores ou por contribuintes que se encontravam em mora. -----

--- Ao analisarmos os documentos apresentados verificamos que o Governo não considerou no cálculo das transferências para as autarquias mil e vinte e seis virgula cinco milhões de euros de receita de tais impostos cobrada no final de dois mil e dois, ao abrigo do designado “perdão fiscal”: Decreto Lei número duzentos e quarenta oito – A / dois mil e dois, de catorze de Novembro. -----

--- Considerando os mecanismos mencionados de onze por cento da participação

**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

autárquica, a verba em falta é elevada e deveria ser utilizada pelos Municípios. -----

--- É incontestável que o facto da Administração Central ter arrecadado receitas, embora tardiamente, que eram devidas a título de IRS, IRC e IVA, implica que as Autarquias devam ter participação, embora também tardia, nessas mesmas receitas nos termos inequívocos da Lei das Finanças Locais. Não havendo margens para dúvidas na interpretação da Lei é importantíssimo que o Governo refaça os cálculos dos montantes a transferir para as Autarquias Locais em dois mil e quatro.-----

--- A questão da obsessão do défice orçamental não deve em caso algum justificar esta violação da Lei.” -----

--- Referiu que outro aspecto da proposta de orçamento apresentada na Assembleia da República que lhe merece contestação tem a ver com o facto “do Governo criar, de alguma forma, a exigência prévia para acesso ao crédito bancário, estando a violar claramente a Constituição e transformando os Municípios em serviços na sua dependência. -----

--- A Constituição da República Portuguesa consagra no seu artigo nono o Princípio da Autonomia Local. A mesma constituição nos artigos duzentos e trinta e cinco e duzentos e trinta e sete estabelece que as Autarquias são dotadas de órgãos representativos cujas competências são reguladas por Lei. Diz também que a única tutela do Governo sobre as Autarquias é a da verificação da legalidade.” -----

--- Salientou que “no número seis do artigo vinte da Proposta de Lei do Orçamento para dois mil e quatro é estabelecida a possibilidade dos Municípios, no respeito pelo endividamento global zero consagrado no número quatro do mesmo artigo, poderem aceder ao crédito bancário para projectos comunitários, desde que autorizados por despacho de dois Ministros. -----

--- Tal disposição é uma grosseira violação da Constituição de República Portuguesa, o que a vingar inequivocamente abre a porta a que as Autarquias Locais vejam posto em causa o seu estatuto constitucional. A Lei pode e deve fixar os termos e as condições gerais de contracção de empréstimos mas não pode fazer depender de qualquer



**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

autorização prévia do governo.” -----

--- Senhor **Vereador José Marcelino** – Um – Aludiu às graves dificuldades de trânsito e estacionamento na Rua Pedro de Santarém e Largo Cândido dos Reis. -----

--- Referiu que toda a zona envolvente à unidade comercial ali construída sofreu alterações, designadamente, a Avenida António dos Santos e as Ruas Vasco da Gama e Nuno Velho Pereira. Dado já não haver equipamento da empresa que construiu aquele edifício e face à degradação daquelas Ruas, solicitou esclarecimentos sobre quem irá proceder à respectiva recuperação. -----

--- Dois – Disse ter estado presente numa reunião, a convite do NERSANT - Núcleo Empresarial da Região de Santarém, na Casa do Brasil onde foi anunciado que muitas das empresas que pretendiam instalar-se em Santarém não o conseguiam por dificuldades em adquirir terrenos. -----

--- A este propósito disse ter conhecimento de uma proposta apresentada à Câmara, no sentido desta adquirir cento e cinquenta hectares de terreno sito numa zona próxima do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas e que, segundo parece, estão em boas condições de serem transformados em Zona Industrial. -----

--- Senhor **Vereador José Rui Raposo** – Um – Manifestou a sua preocupação face à proposta de PIDDAC - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central para dois mil e quatro, dada a redução de investimentos relativamente ao Concelho de Santarém. -----

--- Salientou mais duas situações não contempladas e que em sua opinião são importantes, que são as passagens superiores entre Santa Iria e Vale de Figueira, bem como o Centro de Saúde de Santarém. Considerou também a verba destinada à extensão de São Nicolau, extremamente exígua. -----

--- Considerou que a continuidade de uma política de contenção orçamental em nada favorece as populações. -----

--- Lamentou que os vereadores da Coligação Democrática Unitária não tenham sido convidados para a reunião com os deputados do Distrito de Santarém.-----

ACTA N.º 024/2003  
Reunião de 3 de Novembro de 2003

--- Dois – Chamou a atenção para um problema bastante grave num edifício sito no Largo de Marvila, onde o respectivo proprietário decidiu fazer obras no telhado tendo retirado as telhas e deixando os inquilinos à mercê de condições atmosféricas bastante desfavoráveis.-----

--- Disse saber que o senhor Vereador Manuel Afonso se deslocou ao local e sugeriu que seja feita uma intervenção com urgência.-----

--- Três – Disse ter constatado que em frente à escola primária de Perofilho está a ser construído um pavilhão de grandes dimensões, solicitando esclarecimentos sobre este assunto.-----

--- Senhora **Vereadora Hélia Félix** – Um – Referiu que os Vereadores do Partido Social Democrata há muito tempo que estão preocupados com o PIDDAC - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central. Disse concordar com a política orçamental porque a solução não pode ser nem uma maior carga fiscal, nem um maior défice.-----

--- Referiu, todavia, que deveria haver outra redistribuição das verbas e que alguns dos projectos prioritários para o Concelho deveriam ter sido contemplados. Disse já terem reivindicado algumas dessas obras.-----

--- Disse não compreender porque não tinham sido convidados para a reunião com os Deputados, uma vez que se trata de um problema do Concelho, pelo que deviam estar todos unidos.-----

--- Dois – Considerou que o Festival Nacional de Gastronomia, que decorreu nas últimas semanas, constituiu uma sala de visitas do nosso Concelho. Lamentou o estado degradado do piso na zona envolvente, considerando que deveria ter havido um maior cuidado.-----

--- Três – Informou que o Partido Social Democrata andou a visitar as freguesias tendo constatado que há uma grande falta de fiscalização em muitos das obras da responsabilidade da Câmara. Em seu entender deve haver um acompanhamento constante dessas obras.-----

**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

--- Quatro – Solicitou que os convites dirigidos aos vereadores para eventos, sejam feitos com alguma antecedência.-----

--- Senhor **Vereador José Andrade** – Um – Afirmou que a posição dos Vereadores do Partido Social Democrata na Câmara não era partidária pelo que estão sempre disponíveis para reivindicarem investimentos no Concelho. Daí não compreender que se façam reuniões sem que os Vereadores tenham conhecimento. Referiu já terem tomado posição sobre o problema do PIDDAC - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central e estão a exercer alguma pressão para que o mesmo seja melhorado. -----

--- Dois – Chamou a atenção para algumas situações que o preocupam, designadamente o desenvolvimento arbustivo que já não deixa ver a Ribeira de Santarém. Disse também não ver a recuperação da Casa da Portagem, assim como o muro do cemitério que está cada vez mais inclinado. -----

--- Três – Chamou também a atenção para a degradação do piso no Campo Infante da Câmara, numa altura em que decorria o Festival Nacional de Gastronomia.-----

--- Aludiu a uma maquete do Campo Infante da Câmara que estava à entrada do Festival Nacional de Gastronomia, que ainda não foi presente ao Executivo e que estava como vencedora. Considerou este facto um desrespeito. -----

--- Senhor **Vereador Joaquim Neto** – Um - Deu conhecimento das decisões tomadas sobre processos de obras no período de vinte e um de Outubro a três do corrente mês e constantes dos Editais números cento e quarenta e seis e cento e quarenta e sete/dois mil e três.-----

--- Dois – Na sequência da intervenção do senhor Vereador José Rui Raposo esclareceu que a Associação Cultural e Desportiva de Perofinho havia solicitado autorização para a construção de um edifício destinado à realização das festas populares. Todavia, verificou-se que a construção tinha um carácter diferente pelo que se informou aquela Associação que devia apresentar um projecto, o que, entretanto, já foi feito. Acrescentou ter-se informado a Associação da necessidade de alterar o projecto uma vez que aquela

ACTA N.º 024/2003  
Reunião de 3 de Novembro de 2003

construção não pode manter-se como está.-----

--- Senhor **Vereador Manuel Afonso** – Um – Na sequência das intervenções verificadas informou que a responsabilidade de recuperação da Rua Vasco da Gama é da Câmara Municipal, não se tendo ainda repostos o pavimento porque as condições climatéricas ainda não o permitiram.-----

--- Dois – Relativamente ao edifício sito no Largo de Marvila disse ter-se deslocado ao Local com o Coordenador da Protecção Civil, tendo constatado que a situação é efectivamente muito preocupante. Referiu ter trocado impressões com o respectivo proprietário no sentido de que este tome providências colocando um oleado de grandes dimensões no telhado de forma a impedir as infiltrações e devendo concluir rapidamente as obras do telhado. Referiu que continua a acompanhar a situação no sentido de ver resolvido o problema.-----

--- Três – Relativamente à intervenção do senhor Vereador José Andrade disse pensar que o senhor Vereador só passa nalgumas zonas de Santarém. A este propósito referiu a título de exemplo, que em São Domingos estão a ser desenvolvidos trabalhos de limpeza nos taludes. Também na Portela das Padeiras, entre a Quinta dos Anjos e Santarém, foi efectuada uma limpeza. Em Vale de Estacas, na Estrada Militar também se procedeu à respectiva limpeza, bem como no Alto do Bexiga, junto à Cooperativa dos Produtores Agrícolas e ainda, na Rua Prior do Crato.-----

--- Referiu que também lamenta a situação do pavimento junto à Casa do Campino, todavia aquele problema só se resolve se se aplicar betuminoso o que implica um investimento de cerca de duzentos e cinquenta mil euros. Uma vez que está em perspectiva uma intervenção a curto prazo no Campo Infante da Câmara, não lhe parece que se justifique um investimento daquela envergadura.-----

--- Relativamente à Casa da Portagem lembrou que o processo foi presente em reunião, estando a decorrer o respectivo concurso pelo que, como é evidente, ainda não é possível iniciar a respectiva intervenção.-----

**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

- Senhora **Vereadora Idália Moniz** – Um - Dia vinte de Outubro - Concedeu entrevista à RTP a propósito da II Semana da Cultura Taurina e do VI Congresso Mundial das Cidades Taurinas -----
- Dois - Participou no almoço oferecido pela INFTUR – Instituto de Formação Turística no âmbito do XXIII Festival Nacional de Gastronomia.-----
- Três - Participou na reunião do Executivo Municipal. -----
- Quatro - Concedeu entrevista ao programa “Toiros de Espanha, da Rádio Cadena Ser, Salamanca subordinada ao VI Congresso Mundial das Cidades Taurinas. -----
- Cinco – Dia vinte e um de Outubro - Deslocou-se à iniciativa “Vamos Brincar aos Toiros” organizada no âmbito da II Semana da Cultura Taurina. -----
- Seis - Concedeu entrevista ao programa RTP – Regiões a propósito do XXIII Festival Nacional de Gastronomia. -----
- Sete – Dia vinte e dois de Outubro - Esteve presente na Homenagem a Gustavo Zenkel.-----
- Oito – Dia vinte e três de Outubro - Participou na cerimónia de recepção aos participantes no VI Congresso Mundial das Cidades Taurinas, realizado no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho. -----
- Nove - Esteve presente no jantar do VI Congresso Mundial das Cidades Taurinas, que se realizou no XXIII Festival Nacional de Gastronomia. -----
- Dez – Dia vinte e quatro de Outubro - Participou nos trabalhos do VI Congresso Mundial de Cidades Taurinas, destacando-se a sessão de abertura e mesa redonda com o tema “As cidades e os seus Toureiros” realizado no auditório da Casa do Brasil. -----
- Onze – Dia vinte e cinco de Outubro - Participou nos trabalhos do VI Congresso Mundial de Cidades Taurinas. -----
- Doze – Dia vinte e seis de Outubro - Participou na Assembleia Geral da Confederação Mundial das Cidades Taurinas e na conferência de imprensa que se seguiu, integradas no VI Congresso Mundial das Cidades Taurinas. -----

**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

--- Treze – Dia vinte e oito de Outubro - Reuniu com os presidentes dos núcleos do NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém. -----

--- Catorze – Dia vinte e nove de Outubro - Participou nos trabalhos da reunião final de definição do orçamento da Câmara Municipal de Santarém para dois mil e quatro. -----

--- Quinze - Participou na reunião da Comissão de Acompanhamento da Rede de Teatros e Cine-teatros da Região de Lisboa e Vale do Tejo, realizada no auditório da Casa do Brasil.-----

--- Dezassexto – Dia trinta de Outubro - Acompanhou a visita de jornalista brasileiros, enviados pela Odebrecht/Bento Construções Limitada para elaborar filme comemorativo do seu aniversário. -----

--- Dezassete - Participou no almoço oferecido pela Região de Turismo da Serra da Estrela integrado no XXIII Festival Nacional de Gastronomia.-----

--- Dezoito - Dia trinta e um de Outubro - Concedeu entrevista ao programa “Grande Repórter” da RTP subordinada ao tema “Droga fora dos grandes centros urbanos”. -----

--- Dezanove - Participou no almoço oferecido pela Embaixada de São Tomé e Príncipe integrado no XXIII Festival Nacional de Gastronomia. -----

--- Vinte - Recebeu o Galardão Destaque da Temporada de dois mil e três atribuído pela Tertúlia Tauromáquica Sobralense de Sobral de Monte Agraço. -----

--- Vinte e um – Dia trinta e um de Novembro - Participou no almoço oferecido pela Região de Turismo dos Açores integrado no XXIII Festival Nacional de Gastronomia. --

--- Vinte e dois – Manifestou a sua preocupação pela falta de investimento no Concelho de Santarém no âmbito do PIDDAC - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central, designadamente no que se refere a infraestruturas e equipamentos Disse também a preocupar o desrespeito por compromissos anteriormente assumidos e que não se encontram neste momento inscritos.Referiu estar também preocupada com o desemprego e degradação das condições de vida dos municípios.-----

**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

--- Disse esperar que a avaliação que se venha a fazer no próximo ano e seguintes não venha a confirmar que as condições de vida e esta falta de investimento irão ter um crescimento negativo conjunto. -----

--- Vinte e três – A propósito do Festival Nacional de Gastronomia referiu que este ano houve uma preocupação no sentido de se estabelecerem normas para restaurantes, doceiros e artesanato. Sublinhou a presença de artesãos do Concelho de Santarém no Festival.-----

--- Referiu tratar-se de um Festival que traz grande responsabilidade para Santarém e que, na sua perspectiva, depois de feita a sua avaliação deverá ser equacionada uma readaptação dos moldes do Festival e das normas a elaborar no sentido do seu aperfeiçoamento. -----

--- Vinte e quatro – Aludiu à realização, em Santarém do Congresso Mundial das Cidades Taurinas, cujo objectivo era juntar a comunidade científica afeccionada para que pudesse produzir conhecimento científico acerca da tauromaquia, sob pena de, qualquer dia, a tradição da tauromaquia popular e profissional correr o risco de acabar.-----

--- Referiu que as conclusões foram enviadas a todos os senhores Presidentes de Câmara, Presidentes das Assembleias Municipais, membros do Governo e Deputados para que com esta reflexão se possa contribuir para encarar a festa dos touros com um factor de identidade e desenvolvimento. -----

--- Vinte e cinco – Informou que hoje se inaugurou, no Largo do Seminário, uma exposição que tem peças que foram recolhidas durante as intervenções naquele Largo. Sublinhou a interacção dos comerciantes do Centro Histórico ao acolher nas suas lojas as vitrinas com os achados arqueológicos. -----

--- O **Senhor Vereador José Andrade** – Interveio novamente tecendo alguns comentários sobre as entradas de Santarém e a Casa da Portagem.-----

--- Relativamente ao Congresso Mundial das Cidades Taurinas disse ter sido uma organização extremamente importante. Referiu que a sua realização em Santarém

ACTA N.º 024/2003  
Reunião de 3 de Novembro de 2003

permitiu dar mais uma vez ênfase àquilo que Santarém pode vir a assumir como simbolismo no que respeita à Festa Brava. -----

--- O **Senhor Presidente**, a propósito do problema do trânsito no Largo Cândido dos Reis, disse já ter solicitado que seja devidamente equacionada a situação dos residentes naquela envolvente, a fim de evitar que os mesmos sejam tão afectados com o problema do estacionamento.-----

--- Relativamente à reunião com os senhores Deputados informou que teve a confirmação da sua presença bastante tarde e só por isso não foi possível contactar os senhores Vereadores, pois também gostaria que os mesmos estivessem presentes.-----

--- Afirmou que, há muitos anos que, infelizmente, o Campo Infante da Câmara se encontra degradado. Em sua opinião é importante ter aquele local acolhedor quando nos visitam mas também é óbvio que o local deverá ser acolhedor para quem cá vive. Os problemas só se resolverão quando haver condições para efectivar a intervenção merecida e desejada naquele espaço.-----

--- Ainda relativamente a este assunto, lembrou que o senhor Vereador integra o júri de análise das propostas de solução para o Campo Infante da Câmara. Por outro lado, todo o Executivo teve ocasião de se pronunciar sobre as soluções apresentadas, pelo que estranha que o senhor Vereador tenha levantado agora questões relativamente ao projecto que tem merecido a unanimidade do Executivo.-----

--- Findo o Período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao “**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**”:------

-----**LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES**-----

--- **A) DIVERSOS** -----

--- De **ASSOCIAÇÃO SOCIAL CULTURAL E DESPORTIVA “OS AMIGOS DA COLINA SOL”**, com sede na Rua Viscondessa de Andaluz, na Vila e freguesia de Pernes, deste Município, solicitando isenção da taxa referente à emissão do alvará de licença de construção para um edifício destinado a sede, no lugar de Outeiro de Fora, freguesia de São Vicente do Paúl, deste Município.-----



**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

- Pelo **Consultor Jurídico**, foi emitido um parecer do seguinte teor: -----
- “**Um** – A Associação Social, Cultural e Desportiva Os Amigos da Colina do Sol requereu isenção de taxa de licença de construção do edifício sede. -----
- **Dois** – O artigo nono do Regulamento municipal de taxas urbanísticas circunscreve essa isenção às entidades referidas no artigo trinta e três da Lei das Finanças Locais (estado, seus institutos e organismos autónomos personalizados e freguesias) e às pessoas colectivas de direito privado às quais a lei reconheça esse direito. -----
- **Três** – Não se prevê, portanto, a isenção da taxa de licença de construção para entidades do tipo da requerente. -----
- **Quatro** – No entanto, a requerente poderá beneficiar da redução até ao máximo de cinquenta por cento do valor da taxa, nos termos do número três do mesmo artigo nono, desde que a Câmara reconheça que ela prossegue “fins de relevante interesse público.” -
- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a isenção da taxa referente à emissão do alvará de licença de construção até cinquenta por cento. -----
- Não estava presente na sala o senhor Vereador José Andrade. -----
- **B) INFORMAÇÕES PRÉVIAS** -----
- **VIABILIDADES SUSCEPTÍVEIS DE DEFERIMENTO, NAS CONDIÇÕES EXPRESSAS NOS RESPECTIVOS PARECERES TÉCNICOS** -----
- De **MANUEL ANTÓNIO REBELO QUERIDO**, residente na Rua da Cerca, número cinco, Carvalhal Benfeito, solicitando informação prévia para implantação de uma suinicultura, no lugar de Alforzemel, freguesia de Almoester, deste Município. -----
- O **Chefe da Divisão de Gestão Urbanística**, informou o seguinte: -----
- “Sobre a pretensão de levar a efeito uma suinicultura com as características propostas, foi emitido parecer favorável da DRARO - Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste .-----
- Assim, e tendo em consideração a compatibilidade da pretensão com a filosofia de intervenção, preconizada pelo Plano Director Municipal de Santarém, a proposta reúne

**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

condições de licenciamento de actividade e obras de edificação, garantindo a conformidade da intervenção com os parâmetros constantes na informação do Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente (constante do processo), objecto de deliberação camarária concordante (dois de Junho de dois mil e três), a sujeitar a parecer da Delegação de Saúde, DRARO - Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste e DRAOT LVT - Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território - Lisboa e Vale do Tejo (sistema de tratamento de efluentes).” -----

--- Ainda pelo **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, foi informado que, de acordo com a informação atrás transcrita, poderá viabilizar-se a construção da futura exploração nas condições então referidas e nas condições referidas no parecer da CCDRLVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (constante do processo). -----

--- Após uma larga toca de impressões, em que foram debatidos os inconvenientes ambientais que trazem este género de explorações, a Câmara deliberou por unanimidade, solicitar ao requerente a apresentação de um estudo de impacte ambiental e projecto para o tratamento das águas residuais. -----

--- Não estava presente na sala o senhor Vereador José Andrade.-----

--- **VIABILIDADES COM PARECERES TÉCNICOS DESFAVORÁVEIS E PROPOSTAS DE INDEFERIMENTO** -----

--- De **ANTÓNIO FERNANDO BATISTA LÁZARO**, residente no lugar de Outeiro da Várzea, freguesia de Várzea, deste Município, solicitando informação prévia para construção de uma moradia unifamiliar e anexo, no lugar da sua residência. -----

--- O **Chefe da Divisão de Gestão Urbanística**, informou o seguinte: -----

--- “**Um** – Pretende o requerente viabilidade à Construção de uma moradia unifamiliar e anexo, em zona definida pelo Plano Director Municipal como espaço agro-florestal, fora dos limites da Reserva Ecológica Nacional, mas afecto aos domínios da Reserva Agrícola Nacional (para a implantação proposta). -----

**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

--- **Dois** – De acordo com o número um do artigo sessenta e seis do Regulamento do Plano Director Municipal, nos espaços agro-florestais integrados na Reserva Agrícola Nacional, a Câmara Municipal só poderá autorizar a edificação desde que a parcela tenha uma dimensão igual ou superior ao dobro da unidade mínima de cultura (oitenta mil metros quadrados).-----

--- **Três** – Assim, de acordo com os actuais parâmetros contidos no Plano Director Municipal, a pretensão não reúne condições de ser viabilizada, pelo facto da parcela dispor apenas de quinze mil e novecentos metros quadrados e a implantação proposta ficar em zona afecta aos domínios da Reserva Agrícola Nacional.-----

--- **Quatro** – No entanto, admite-se outro sentido de decisão, caso o requerente opte por implantar a moradia e o anexo fora dos domínios da Reserva Agrícola Nacional ou numa faixa de cinquenta metros contados a partir do eixo da via pública, considerando-se para tal esta faixa como pertencendo ao aglomerado urbano de Várzea, devendo se for o caso de apresentar documento comprovativo da desafecção da referida área por parte da CRRARO - Comissão de Reserva Agrícola do Ribatejo e Oeste.”-----

--- A Câmara deliberou por unanimidade, informar o requerente que a sua pretensão não é viável, podendo no entanto, ser viabilizada desde que a implantação da moradia e anexo, seja fora dos domínios da Reserva Agrícola Nacional, ou desafectada a respectiva área de acordo com a informação técnica atrás transcrita.-----

--- Não estavam presentes na sala os senhores Vereadores José Andrade e Idália Moniz.

--- **C) LOTEAMENTOS**-----

--- Foi presente o **Relatório da Comissão de Avaliação do Património Imobiliário Municipal**, para uma parcela de terreno com a área de cento e quarenta e cinco metros sita na Avenida Bernardo Santareno (traseiras do Hotel Alfaceme), freguesia de São Nicolau, nesta Cidade, com um valor de cento e treze mil e cem euros.-----

--- Após esclarecimentos prestados pela Comissão sobre o número de fogos a construir na parcela, a Câmara deliberou por maioria com as abstenções dos senhores Vereadores do PSD - Partido Social Democrático e CDU - Coligação Democrática Unitária, aprovar

ACTA N.º 024/2003  
Reunião de 3 de Novembro de 2003

o presente relatório de avaliação, remetendo o respectivo assunto à Assembleia Municipal.-----

--- Não estava presente na sala o senhor Vereador Soares Cruz. -----

--- A **senhora Vereadora Hélia Félix**, fez a seguinte declaração de voto: -----

--- “Abstive-me por considerar essencial que a Junta de freguesia pudesse ter sido ouvida.”-----

--- De **FIANÇA – EMPRESA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRAS E IMOBILIÁRIAS, LIMITADA**, com sede no lugar de Cabeça Gorda, freguesia de Vaqueiros, deste Município, apresentando exposição sobre o pagamento das taxas devidas pela emissão do alvará de loteamento e obras de urbanização, bem como da compensação pela não cedência de áreas para espaço verde ou equipamento de utilização colectiva, referentes ao loteamento de uma propriedade sita no lugar da sua sede. -----

--- Pelo **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, foi emitido o seguinte parecer:-----

--- “De acordo com o resultado da reunião havida nesta data com a requerente, admite-se que não haja lugar ao pagamento de taxas pela não realização das seguintes infraestruturas, em virtude de ser o promotor a garantir a sua execução: -----

--- \* Rede de energia eléctrica; -----

--- \* Rede de telecomunicações;-----

--- \* Rede de gás e-----

--- \* Arranjos exteriores. -----

--- Quanto aos arranjos exteriores, deverá o promotor assegurar a plantação de árvores no passeio mediante orientação de Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida, devendo o reforço da rede de energia eléctrica ser suportado pelo promotor em caso de necessidade futura. -----

--- No que respeita à rede de gás e à rede de telecomunicações, deverá o promotor responsabilizar-se pela execução das infraestruturas que vierem a ser exigidas pelas entidades competentes, de futuro, apesar de não se prever que tal aconteça, sobretudo no

**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

que se refere à rede de gás, que, normalmente, é executada sem encargos para a Câmara, pela entidade exploradora.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com o parecer do Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente e suas condições.-----

--- De **LARDAC – GESTÃO IMOBILIÁRIA, LIMITADA**, com sede na Rua Almirante Barroso, número cinquenta e seis, Município de Lisboa, solicitando aprovação dos projectos das obras de urbanização referentes ao loteamento de uma propriedade sita no lugar de Graíño, freguesia de Várzea, deste Município.-----

--- Pela Portugal Telecom, EDP – Distribuição Energia, S.A., Serviços Municipalizados de Santarém, Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida, Departamento de Obras Municipais e Gabinete de Protecção Civil - Bombeiros Municipais de Santarém, foram emitidos pareceres favoráveis, com algumas condições a observar.-----

--- Assim, e nos termos dos artigos vinte seis e cinquenta e três, do Decreto Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de Dezembro, alterado pelo Decreto Lei número cento e setenta e sete/dois mil e um, de quatro de Junho, a Câmara deliberou por unanimidade, aprovar os projectos das obras de urbanização, devendo o requerente apresentar uma caução no valor de trezentos e sessenta e seis mil cento e um Euros e oitenta e sete cêntimos, para garantia da execução das respectivas obras.-----

--- De **VILA OUREANA – COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS, LIMITADA**, com sede na Rua da Charneca, Escandarão, Atouguia, Município de Ourém, solicitando aprovação da caução para garantia da execução das obras de urbanização, referentes ao loteamento de uma propriedade sita no Casal de São Domingos, freguesia de São Nicolau, nesta Cidade, sob forma de hipoteca dos lotes **um, seis, sete, oito, e nove**.-----

--- Pelo **Departamento de Obras Municipais**, foi emitido o seguinte parecer:-----

--- “Considerando o critério já mencionado na informação de vinte e nove de Maio último (constante do processo), o valor dos lotes agora obtido é de cento e trinta e um mil e quatrocentos euros e portanto superior ao das infraestruturas.-----

**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

--- Em face disso não vemos inconveniente na proposta agora apresentada para hipoteca dos lotes um, seis, sete, oito e nove.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a hipoteca dos lotes um, seis, sete, oito e nove, para garantia da execução das obras de urbanização em causa. -----

--- De **XANTURBE, LIMITADA**, com sede na Rua Trinta e Um de Janeiro, número seis – primeiro esquerdo, freguesia de São Salvador, nesta Cidade, apresentando duas pretensões: -----

--- **UM** - Alteração ao loteamento de uma propriedade licenciada pelo alvará número cinco/dois mil, sita na Urbanização Senhora da Guia, freguesia de sua sede;-----

--- **DOIS** - Desafecção do domínio público, de cinco parcelas de terreno, sitas na referida urbanização, e respectiva avaliação.-----

--- Pela **Chefe de Divisão Administrativa de apoio ao Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, foi emitida a seguinte informação:-----

--- “Verificando-se que decorridos mais de trinta dias úteis após a afixação do Edital número noventa e oito/dois mil e três, referente à desafecção do domínio público, de cinco parcelas de terreno, totalizando uma área de dois mil e trinta metros quadrados, sitas na Urbanização da Senhora da Guia, freguesia de S. Salvador, nesta Cidade, não foi apresentada qualquer reclamação, proponho que o processo seja submetido à apreciação do Executivo Municipal, por forma a que seja posteriormente remetido à Assembleia Municipal.-----

--- Quanto ao pedido de alteração ao alvará, e dado que já decorreu o período de discussão pública sem que tenha sido apresentada qualquer reclamação, propõe-se também o seu agendamento para apreciação pelo executivo Municipal.” -----

--- A Câmara deliberou por maioria, com as abstenções dos senhores Vereadores do PSD - Partido Social Democrático e CDU - Coligação Democrática Unitária, aprovar os pontos um e dois, de acordo com a informação atrás transcrita, remetendo-se o respectivo processo para apreciação da Assembleia Municipal. -----

----- **OUTRAS DELIBERAÇÕES** -----

ACTA N.º 024/2003  
Reunião de 3 de Novembro de 2003

--- **PROJECTO DE REGULAMENTO DO EXERCÍCIO DE DIVERSAS ACTIVIDADES SUJEITAS A LICENCIAMENTO MUNICIPAL** – Foi, de novo,

presente o Projecto de Regulamento do Exercício de Diversas Actividades Sujeitas a Licenciamento Municipal, já com as alterações sugeridas pelo Executivo Municipal devidamente introduzidas, tendo a Câmara deliberado, por unanimidade, aprovar o referido Projecto de Regulamento do Exercício de Diversas Actividades Sujeitas a Licenciamento Municipal, que fica anexo à presente acta (Documento I), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei.-----

--- Mais foi deliberado submeter o mesmo a inquérito público, nos termos da legislação em vigor. -----

--- A senhora **Vereadora Hélia Félix** apresentou a seguinte **declaração de voto** – “Relativamente a este Regulamento quero deixar expresso que não concordo com a figura de arrumadores de automóveis. Penso que a Cidade e o Concelho não necessitam desta figura de arrumador de automóveis. Portanto, vou votar este Regulamento no pressuposto de que regulamentar esta figura de arrumador de automóveis é uma forma de acabar com os mesmos e que, efectivamente depois, a Câmara não vá licenciar arrumadores de automóveis em situações que não se justifiquem.” -----

--- **INSPEÇÃO DE ELEVADORES – MINUTA DE PROTOCOLO A ESTABELECEM COM A ASSOCIAÇÃO MUNICÍPIOS LEZÍRIA DO TEJO** –

Em continuação do deliberado na Reunião de Executivo Municipal, realizada em vinte e oito de Julho último, pelo **Gabinete de Assuntos Jurídicos** foi presente a informação número cento e cinquenta e três, de vinte de Outubro findo do seguinte teor: -----

--- “Conforme solicitado, cumpre-nos informar o seguinte:-----

--- **A – Quanto ao Regulamento:** -----

--- Um – Tendo por base a informação da senhora Chefe de Gabinete, de catorze de Outubro de dois mil e três, cumpre-nos informar, na sequência do nosso parecer número cento e catorze, de dez de Julho de dois mil e três e da deliberação da Câmara Municipal de Santarém, de vinte e oito de Julho de dois mil e três, desde esta data existem

**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

condições para dar sequência aos procedimentos subsequentes, tendentes à aprovação do mencionado Regulamento.-----

--- **B – Quanto ao Protocolo:** -----

--- Dois – Neste momento, conforme informação da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo e da posição da Câmara Municipal, de vinte e oito de Julho de dois mil e três, segue, em anexo, uma proposta de alteração do mencionado a submeter à apreciação da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo, caso V. Ex.ª considere oportuno. -----

--- Por último, importa clarificar, conforme ficou bem expresso no ofício número dois mil trezentos e trinta e sete, de cinco de Junho de dois mil e três, da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo, uma coisa é o Regulamento Municipal, em condições de ser submetido à discussão pública e posterior aprovação pela Assembleia Municipal, desde vinte e oito de Julho de dois mil e três, outra coisa é a assinatura de um protocolo com a Associação de Municípios da Lezíria do Tejo, em momento posterior, conforme sugestão em anexo.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Projecto de Regulamento para Inspeção de Ascensores, Monta-Cargas, Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes – Taxas e Regime Sancionatório devendo o mesmo ser submetido a inquérito público.-----

--- Mais foi deliberado concordar com as propostas de alteração ao protocolo, que deverão ser remetidas à Associação de Municípios da Lezíria do Tejo para apreciação. -

--- A minuta de Protocolo, proposta de alteração ao mesmo e o Projecto de Regulamento ficam anexos à presente acta (Documentos II, III e IV), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei.-----

--- **PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CÂMARA EM DIVERSAS INSTITUIÇÕES** – Pelo **senhor Presidente** foi presente a seguinte proposta, datada de vinte e nove do mês findo:-----

--- “Ao abrigo do Artigo sessenta e nove da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-



**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, proponho ao Executivo Municipal as seguintes nomeações, nos cargos que passo a diferenciar, em representação desta Autarquia:-----

--- Vereador Manuel António dos Santos Afonso -----

--- - Presidente do Conselho de Administração da Empresa Pública de Gestão Desportiva de Santarém – SCALABISPORT;-----

--- - Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Santarém – SMS;-----

--- - Representante da Câmara Municipal de Santarém no Conselho de Administração do Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas – CNEMA;-----

--- Director do Departamento Administrativo e Financeiro -----

--- - Representante da Câmara Municipal de Santarém no Conselho Fiscal no Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas – CNEMA.”-----

--- O senhor Presidente referiu ainda que, relativamente aos representantes da Câmara no CNEMA – Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, após a deliberação do Executivo Municipal, a substituição deve ocorrer quando houver uma Assembleia Geral e de acordo com o enquadramento legal que as sociedades têm. -----

--- Começou por propor que se inicie a discussão pela apreciação das propostas para o CNEMA referindo que propõe o Director Administrativo e Financeiro para o Conselho Fiscal por se tratar de cargo com algum carácter técnico.-----

--- A senhora **Vereadora Hélia Félix** questionou sobre qual a justificação destas propostas, referindo-se mais concretamente ao facto de se propor que o senhor Vereador Joaquim Neto deixe de ser o representante na SCALABISPORT – Gestão de Equipamentos e Actividades Desportivas, Empresa Municipal uma vez que é o Vereador com funções delegadas na área.-----

--- O **senhor Presidente** esclareceu que, face à existência de um parecer emitido pelo Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República relativamente ao Regime de Incompatibilidades e Impedimentos dos eleitos locais e, embora não haja certezas quanto à orientação a seguir, uma vez que os próprios redactores do parecer não estavam todos

**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

de acordo, considerou ser mais prudente fazer já estas alterações sem penalizar os Vereadores que exercem funções a tempo inteiro, e proceder a nova nomeação de representantes para os cargos em causa. -----

--- O senhor **Vereador José Andrade** referiu que se irá abster relativamente à proposta apresentada, por considerar que a mesma altera decisões que foram consensuais, nomeadamente o acordo relativo ao Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Santarém. Em seu entender não se deviam alterar as deliberações tomadas com base em Leis que não estão devidamente clarificadas.-----

--- O **senhor Presidente** frisou tratar-se de um parecer homologado por membro do Governo e publicado no Diário da Republica, servindo de orientação para todos os serviços públicos, não se podendo ignorar a Lei ou aquele Parecer.-----

--- Em seu entender o espírito das deliberações anteriormente tomadas mantém-se, havendo apenas uma alteração das personalidades que passarão a integrar aquelas Instituições. Na sua opinião e face à consulta efectuada aos juristas, é mais prudente tomar-se a decisão que agora propõe e aguardar novos desenvolvimentos sobre o assunto.

--- O senhor **Vereador José Marcelino** concordou ser mais prudente a atitude sugerida pelo senhor Presidente. Referiu todavia que, no que concerne ao Conselho Fiscal do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, a representação deveria ser feita por um eleito municipal. -----

--- O **senhor Presidente** considerou que a alteração proposta relativamente aos representantes no CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas poderá ser assumida noutra altura, uma vez que só produzirá efeitos quando houver uma Assembleia Geral.-----

--- Após mais alguma troca de impressões o senhor Presidente submeteu o assunto a votação tendo o Executivo deliberado por maioria, com abstenções dos senhores Vereadores José Andrade e Soares Cruz:-----

**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

--- Um - Nomear para o cargo de Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Santarém o senhor Vereador Manuel António dos Santos Afonso. -----

--- Dois - Nomear como Presidente do Conselho de Administração da Empresa Pública de Gestão Desportiva de Santarém – SCALABISPORT o senhor Vereador Manuel António dos Santos Afonso.-----

--- **INFRA-ESTRUTURAS DA QUINTA DO MERGULHÃO – REDEFINIÇÃO DOS TRABALHOS DA EMPREITADA** – Pelo Departamento de Obras Municipais foi presente a informação número cento e dezasseis – DIS, de doze de Julho último, do seguinte teor:-----

--- “Durante o decorrer da obra referida em título foram efectuadas alterações ao projecto de loteamento a que respeitam as infra-estruturas desta empreitada, que implicaram numa reformulação desse projecto específico e correspondente redefinição dos trabalhos da empreitada. -----

--- Em resultado dessa redefinição foi efectuado um levantamento dos trabalhos, do qual foram apurados os valores sintetizados no quadro seguinte:-----

----- **Infra-estruturas do Mergulhão**-----

----- **Balço dos custos resultantes das alterações**-----

	<b>Custo (Euros)</b>	<b>%</b>
Valor da adjudicação	123.909,88€	100,00
Trabalhos a mais de natureza contratual	6.466,32€	5,22
Trabalhos imprevistos	22.592,56€	18,23
Total trabalhos a mais	29.058,88€	23,45
Trabalhos a menos	22.602,28	18,24

--- Em face das medições efectuadas e dos correspondentes custos dos trabalhos, obtemos um valor de trabalhos a mais de vinte e nove mil e cinquenta e oito euros e

**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

oitenta e oito cêntimos que constituem um acréscimo de vinte e três vírgula quarenta e cinco por cento relativamente ao valor da adjudicação. -----

--- Conforme se pode observar no quadro de custos apresentado, os trabalhos a mais resultantes das alterações ao projecto são de natureza contratual (cinco vírgula vinte e dois por cento do valor da adjudicação) e imprevistos. -----

--- Os trabalhos de natureza contratual são essencialmente devido a pequenas alterações de dimensão das infra-estruturas a efectuar e resultantes das alterações ao projecto de loteamento e possuem custos unitários aprovados. -----

--- Os trabalhos imprevistos consistem na execução de trabalhos acessórios e complementares a outros e baseiam-se em novos custos, cuja análise técnica conclui estarem dentro dos valores actuais praticados no mercado e portanto em condições técnicas de aprovação. -----

--- Com base também no quadro já referido estão também quantificados os trabalhos a menos que consistem nos trabalhos de instalações eléctricas, cujas alterações ao projecto inicial implicaram que a sua execução fosse transferida para a EDP – Distribuição de Energia, SA, de acordo com o orçamento apresentado por esta entidade com o Registo de Entrada número cento e onze mil e cinquenta e sete, de vinte e sete de Novembro de dois mil e dois.” -----

--- **O Director do Departamento de Obras Municipais** emitiu o seguinte parecer: -----

--- “Para o cumprimento das alterações ao projecto, estamos na presença de um agravamento global do custo da empreitada de seis mil quatrocentos e sessenta e seis euros e trinta e dois cêntimos, o que equivale a mais cinco vírgula vinte e dois por cento relativamente à adjudicação.” -----

--- A Câmara deliberou, por maioria, com abstenções dos senhores Vereadores do PSD - Partido Social Democrata, concordar com as alterações ao projecto de loteamento, aprovando os trabalhos a mais no montante global de vinte e nove mil e cinquenta e oito euros e oitenta e oito cêntimos, acrescido de IVA, devendo celebrar-se o respectivo contrato adicional. -----

ACTA N.º 024/2003  
Reunião de 3 de Novembro de 2003

--- **ESTUDO PRÉVIO PARA O LARGO DO ROSSIO EM PERNES** - Pela Arquitecta Paisagista Catarina Durão, da **Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida**, foi presente a informação número duzentos e trinta, de vinte e um de Outubro findo, do seguinte teor:-----

--- “No seguimento da informação número cento e um/dois mil e três da Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida de oito de Maio, e após cabimentação da verba necessária, foi realizada a consulta prévia para elaboração de projecto de Arquitectura Paisagista para o Largo do Rossio na Freguesia de Pernes – Santarém. -----

--- Na sequência da consulta a cinco firmas a execução do mesmo foi adjudicado à empresa – Oficina dos Jardins, Arquitectura Paisagista Limitada – pelo montante de dezassete mil e quatrocentos euros mais IVA.-----

--- Desta forma, foi entregue a vinte e cinco de Setembro o Estudo Prévio que deverá servir de base ao desenvolvimento do projecto de execução. Este foi apresentado pela equipa projectista em Assembleia de Freguesia de Pernes, no dia nove de Outubro do corrente ano. No seguimento desta assembleia, a Junta de Freguesia emitiu um parecer favorável, apontando algumas alterações que julga necessárias.-----

--- Considera-se que os objectivos técnicos específicos propostos para o espaço, ou seja as linhas gerais indicadas no caderno de encargos para serem seguidas pela equipa projectista na concepção do espaço, foram atingidos e que a concretização do projecto – a obra, irá contribuir de uma forma muito positiva para a vivência deste espaço pela população de Pernes sem que o Largo do Rossio de Pernes perca a sua identidade.-----

--- Deste modo considera-se que o estudo prévio poderá ser aprovado devendo a equipa no desenvolvimento do projecto de execução ter em atenção os seguintes pontos: -----

--- - os contributos da Junta de Freguesia de Pernes, resultantes da apresentação do estudo na assembleia de freguesia, expressos no ofício número quatrocentos e sessenta e dois/dois mil e três, tendo em atenção que o ponto cinco – Estacionamento, deverá ser estudado pois julga-se que nesta bolsa de estacionamento só será possível enquadrar quatro/cinco viaturas, ponderando a hipótese de criação de bolsa paralela à via. A sua

ACTA N.º 024/2003  
Reunião de 3 de Novembro de 2003

existência não poderá inviabilizar a entrada pedonal no jardim e a entrada de viaturas para cargas e descargas no espaço esplanada. Este estacionamento deverá ser tarifado; --

--- - a deslocação do parque infantil ligeiramente para Sul, diminuindo a área de estadia em pavimento solto de sarrisca, de forma a alargar o canteiro e aumentar o afastamento para a via (este ponto terá que ser articulado pelos projectistas com o anterior);-----

--- - o enquadramento de uma rampa no acesso Sul à zona das esplanadas (articular com o ponto três do parecer da Junta);-----

--- - a avaliação das árvores existentes, especialmente as do talude, em termos do seu estado fitossanitário e enquadradas no projecto de execução as que realmente reúnem condições para permanecer. -----

--- O desenvolvimento do projecto de execução está descrito no programa de concurso e caderno de encargos, nomeadamente no ponto quatro.seis.três, onde estão indicadas as peças escritas e desenhadas constituintes da fase de projecto de execução. Após a aprovação e entrega dos elementos solicitados (actualização de alguns pontos no levantamento topográfico) a equipa tem sessenta dias para desenvolver esta fase. No decorrer deste tempo serão marcadas pelo menos duas reuniões para acompanhamento dos trabalhos, à semelhança do que aconteceu no estudo prévio.”-----

--- O **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente** emitiu o seguinte parecer: -----

--- “Concordo com a proposta, devendo, no entanto, obter-se o parecer do IEP - Instituto das Estradas de Portugal, uma vez que a intervenção abrange um espaço situado na zona de servidão da Estrada Nacional número três.”-----

--- O senhor **Vereador Joaquim Neto** propôs: -----

--- Um – Proponho a aprovação do estudo prévio de acordo com a proposta técnica e parecer da Junta de Freguesia.-----

--- Dois – Solicite-se parecer ao IEP - Instituto das Estradas de Portugal e Instituto Português do Património Arquitectónico, devendo eventuais condicionantes destes organismos ser considerados em fase de projecto.”-----

**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o estudo prévio, de acordo com a proposta técnica e parecer da Junta de Freguesia.-----

--- Mais foi deliberado solicitar pareceres ao IEP - Instituto das Estradas de Portugal e Instituto Português do Património Arquitectónico, devendo eventuais condicionantes destes organismos serem consideradas em fase de projecto.-----

--- **ESTUDO PRÉVIO DE CONJUNTO DE ESPAÇOS EM SÃO DOMINGOS – SANTARÉM** – Pela Arquitecta Paisagista Catarina Durão, da **Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida**, foi presente a informação número duzentos e quarenta e três, de vinte e oito de Outubro findo, do seguinte teor: -----

--- “No seguimento da informação número setenta e dois/dois mil e três da Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida de sete de Abril, e após cabimentação da verba necessária, foi realizada a consulta prévia para elaboração de projecto de Arquitectura Paisagista para conjunto de espaços exteriores em São Domingos, na Freguesia de São Nicolau – Santarém. -----

--- Na sequência da consulta a cinco firmas, a execução do mesmo foi adjudicada à empresa – Arquitecto Paisagista Luís Pereira, Consultores de Arquitectura Paisagista Unipessoal, Limitada – pelo montante de nove mil novecentos e setenta e cinco euros e noventa e seis cêntimos mais IVA. -----

--- Desta forma, foi entregue a vinte e seis de Setembro o estudo prévio que deverá servir de base ao desenvolvimento do projecto de execução. Este foi enviado para a Junta de Freguesia de São Nicolau e para o Departamento de Obras Municipais – Câmara Municipal de Santarém, a fim de receber parecer. Neste seguimento a Junta de Freguesia emitiu um parecer favorável expressando que estão integradas as sugestões apresentadas no passado. Também o Departamento de Obras Municipais concordou com a estrutura viária apresentada. -----

--- Considera-se que os objectivos técnicos específicos propostos para o espaço, ou seja as linhas gerais indicadas no caderno de encargos para ser seguidas pela equipa projectista na concepção do espaço, foram atingidos e que a concretização do projecto –

**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

a obra, irá contribuir para a requalificação destes espaços, melhoria da circulação viária e para o incremento da vivência urbana desta área do bairro de São Domingos. -----

--- Deste modo considera-se que o estudo prévio poderá ser aprovado devendo a equipa no desenvolvimento do projecto de execução ter em atenção os seguintes pontos: -----

--- - Alteração, nas áreas de dimensão reduzida, de sementeira de relva para plantação de maciços arbustivos, nomeadamente no canteiro central da Praceta Defensores da Pátria; -----

--- - Introdução de alguns pilaretes nos locais que será necessário conter o estacionamento; -----

--- - Reestruturação do canteiro da esquina da Praceta José Rodrigues com a Rua Dom Nuno Álvares Pereira, de forma que este passe a canteiro sobrelevado, limitado por um murete que também poderá servir de banco, no qual deverão ser plantadas as árvores e arbustos. Esta alteração permitirá uma manutenção do espaço mais eficaz no futuro; -----

--- - Aumentar as áreas pavimentadas, nas traseiras dos lotes cento e quarenta e dois e cento e quarenta e quatro da Ex-Habijovem, nomeadamente nos caminhos interiores de acesso ao espaço de jogo e recreio; -----

--- - Revisão dos modelos propostos de mobiliário urbano, tendo em atenção os colocados nas zonas adjacentes, a comodidade dos utilizadores e ligação entre os vários de materiais. -----

--- Deverá ser assegurado pela Junta de Freguesia que a circulação dos utentes da Ludoteca se continuará a fazer pela Praceta José Rodrigues, para que as crianças não tenham que dar a volta pela Rua Dom Nuno Álvares Pereira para usufruírem da área traseira ou seja do interior dos lotes da Rua Dr. Rui Silva Leitão. -----

--- O desenvolvimento do projecto de execução está descrito no programa de concurso e caderno de encargos, nomeadamente no ponto quatro.seis.três, onde estão indicadas as peças escritas e desenhadas constituintes da fase de projecto de execução. Após a aprovação, a equipa tem sessenta dias para desenvolver esta fase. No decorrer deste



**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

tempo serão marcadas pelo menos duas reuniões para acompanhamento dos trabalhos, à semelhança do que aconteceu no estudo prévio.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o estudo prévio nas condições enunciadas na informação atrás transcrita. -----

--- **ESTUDO PRÉVIO PARA JARDIM NO VALE DE SANTARÉM** – Pela Arquitecta Paisagista Catarina Durão, da **Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida**, foi presente a informação número duzentos e trinta e sete, de vinte e sete de Outubro findo, do seguinte teor:-----

--- “No seguimento da informação número setenta e três/dois mil e três da Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida, de quatro de Abril, e após cabimentação da verba necessária, foi realizada a consulta prévia para elaboração de projecto de Arquitectura Paisagista para espaço exterior na Freguesia do Vale de Santarém – Santarém. -----

--- Na sequência da consulta a cinco firmas, a execução do mesmo foi adjudicada à empresa – PB.ARQ.- Arquitectura Paisagista Limitada – pelo montante de dezassete mil quinhentos e sessenta euros mais IVA. -----

--- Na sequência desta adjudicação foi entregue a vinte e cinco de Setembro o estudo prévio que deverá servir de base ao desenvolvimento do projecto de execução. Este foi apresentado pela equipa projectista em Assembleia de Freguesia do Vale de Santarém, no dia dez de Outubro do corrente ano. No seguimento desta assembleia, a Junta de Freguesia emitiu um parecer favorável, apontando algumas alterações que julga necessárias. -----

--- Considera-se que os objectivos técnicos específicos propostos para o espaço, ou seja as linhas gerais indicadas no cadernos de encargos para serem seguidas pela equipa projectista na concepção do espaço, foram atingidos e que a concretização do projecto – a obra, irá contribuir para dinamizar o centro da Vila e dar resposta aos desejos da população.-----

--- Deste modo considera-se que o estudo prévio poderá ser aprovado devendo a equipa no desenvolvimento do projecto de execução ter em atenção os seguintes pontos: -----

**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

--- - contributos da Junta de Freguesia do Vale de Santarém, resultantes da apresentação do estudo na assembleia de freguesia, expressos no ofício número seiscentos e dezasseis/dois mil e três em anexo, tendo em atenção que no ponto um – “Estudo mais apurado sobre aproveitamento da água”, deverá ser ponderada a hipótese de criação de um reservatório com capacidade de armazenar água necessária para o funcionamento da rede de rega do espaço. Tal como foi referido pelos projectistas, a linha de água existente, deverá ser potenciada de forma a que no Verão faça também o papel de espelho de água naturalizado, com a criação de algumas represas para que o som da água seja também uma mais valia na vivência deste espaço;-----

--- - valorização da área inferior do jardim, entre a linha de água e a estrada nacional, dando uma importância maior a toda esta frente que se relaciona de uma forma mais directa com o centro urbano da Vila, integrando a palmeira existente de forma a dar-lhe maior destaque. Para o desenvolvimento do projecto de execução a equipa projectista deverá ter presente que sensivelmente dois terços desta área fica bastante húmida no período chuvoso (este ponto terá que ser articulado pelos projectistas com os pontos quatro, cinco e sete do parecer da assembleia);-----

--- - deslocação do anfiteatro ligeiramente para o interior, dando-lhe maior abertura e suavizando a colocação do mobiliário para estadia (bancos) à própria modelação do terreno (articular com o ponto três do parecer da assembleia);-----

--- - introdução de sombra na área relvada, no período do Verão, através da plantação de árvores nesta área, junto aos percursos limítrofes;-----

--- - a selecção de espécies que se enquadrem nas condições do local, respeitem os objectivos do projecto e que traduzam o espírito do lugar, nomeadamente as espécies que anteriormente marcavam este Vale, descritas por Almeida Garrett nas “Viagens na Minha Terra” (julga-se que traduz a preocupação levantada pelo senhor Presidente da Junta e referida como ponto oito do parecer da assembleia). -----

--- O desenvolvimento do projecto de execução está descrito no programa de concurso e caderno de encargos, nomeadamente no ponto quatro.seis.três, onde estão indicadas as

**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

peças escritas e desenhadas constituintes da fase de projecto de execução. Após a aprovação e entrega dos elementos solicitados (actualização de alguns pontos do levantamento topográfico) a equipa tem sessenta dias para desenvolver esta fase. No decorrer deste tempo serão marcadas pelo menos duas reuniões para acompanhamento dos trabalhos, à semelhança do que aconteceu no estudo prévio. -----

--- De forma a compatibilizar os objectivos e utilizações expressas com a servidão – Reserva Agrícola Nacional, foi enviado um ofício para a Comissão Regional da Reserva Agrícola Nacional do Ribatejo e Oeste (CRRANRO) a solicitar a desafecção da área em que será construído o edifício polivalente e a compatibilização da restante área para espaço verde, incluindo as respectivas infra-estruturas. No seguimento deste, foi enviado outro ofício no dia um do corrente mês, com um anexo integral do Estudo Prévio. Ambos os pedidos receberam parecer favorável da Comissão Regional da Reserva Agrícola Nacional do Ribatejo e Oeste. -----

--- Foi, no decorrer do desenvolvimento desta informação, recebido um novo ofício da Junta de Freguesia do Vale de Santarém (número seiscentos e vinte e cinco/dois mil e três), com pormenorização de alguns aspectos indicados na listagem aprovada em assembleia. Julga-se que estes já estão incluídos em termos gerais, nos pontos atrás descritos, e deverão ser discutidos de uma forma mais concreta com a equipa projectista no decorrer da primeira reunião de acompanhamento.” -----

--- **O Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente** emitiu o seguinte parecer: -----

--- “Concordo com a proposta de aprovação do estudo prévio nas condições enunciadas, dando conhecimento das mesmas à equipa responsável pela elaboração do projecto.”-----

--- O senhor **Vereador Joaquim Neto** propôs “a aprovação do estudo prévio nas condições referidas na presente informação e tendo em conta os pareceres da Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia.” -----

ACTA N.º 024/2003  
Reunião de 3 de Novembro de 2003

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o estudo prévio nas condições referidas na informação atrás transcrita, tendo em conta os pareceres da Junta e Assembleia de Freguesia do Vale de Santarém. -----

--- **CONSTRUÇÃO DE NOVENTA E CINCO FOGOS A CUSTOS CONTROLADOS – PEDIDO DE ADIANTAMENTO** –Pelo **Arquitecto Assessor**

**Principal**, Humberto Cordeiro Martinho, foi presente a informação número trinta e quatro, de vinte e oito do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “O empreiteiro solicita um adiantamento de vinte por cento sobre o valor da empreitada a facturar, referente aos noventa e cinco fogos, sobre três mil cento e trinta euros e noventa cêntimos, para aquisição de materiais o que totaliza seiscentos e vinte e seis mil cento e oitenta euros e oito cêntimos mais IVA. -----

--- Faz-se notar que o valor da empreitada ascende a três milhões duzentos e oitenta e nove mil seiscentos e setenta e cinco euros e cinquenta e quatro cêntimos do qual já foi facturado o valor do projecto. -----

--- Relativamente à primeira fase da empreitada referente a oitenta e quatro fogos, o valor solicitado, de seiscentos e vinte e seis mil cento e oitenta euros e oito cêntimos mais IVA, ascende a vinte e dois vírgula cinquenta e oito por cento do valor a facturar da primeira fase. -----

--- O pedido do empreiteiro **tem enquadramento legal nos números cinco e seis do artigo duzentos e catorze do Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março**, pelo que se considera não haver inconveniente na sua aceitação com a condição de ser apresentada uma garantia bancária ou seguro caução como forma de garantir a verba adiantada.” -----

--- A Câmara, deliberou, por unanimidade, autorizar um adiantamento no montante de seiscentos e vinte e seis mil cento e oitenta euros e oito cêntimos mais IVA relativo à empreitada de “Construção de noventa e cinco Fogos a Custos Controlados”, nos termos da informação atrás transcrita.-----

ACTA N.º 024/2003  
Reunião de 3 de Novembro de 2003

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Presidente e a senhora Vereadora Hélia Félix. -----

--- **PINTURAS EXTERIORES DO EDIFÍCIO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DR. GINESTAL MACHADO – TRABALHOS A MAIS** – Pelo **Departamento de Obras Municipais** foi presente a informação número cento e quarenta e três – AT, de dez de Julho último, do seguinte teor: -----

--- **“Um – INTRODUÇÃO**-----

--- Encontrando-se a empreitada a decorrer, verifica-se o facto das fachadas estarem revestidas parcialmente a marmorite, apresentando fissuras e zonas degradadas. Não estando previstos estes trabalhos no contrato inicial, nomeadamente de reparação e recuperação de marmorites, é necessário efectuar os respectivos trabalhos a mais.-----

--- **Dois - DADOS GERAIS**-----

--- Data Contrato – nove de Maio de dois mil e três-----

--- Valor Adjudicação – cento e dezassete mil quinhentos e noventa e nove euros e oitenta e dois cêntimos -----

--- Data Consignação – dezasseis de Junho de dois mil e três -----

--- Prazo Execução Contratual - sessenta dias-----

--- Empreiteiro - Socoliro, SA -----

--- **Três - DESCRIÇÃO E CUSTOS**-----

--- Três.um - Trabalhos imprevistos, conforme proposta anexa: -----

--- Três.um.um - Reparação de fissuras e zonas degradadas com argamassa não retráctil, após lavagem (seiscentos e trinta e dois metros quadrados vezes seis euros e oitenta e oito cêntimos) – quatro mil trezentos e quarenta e oito euros e dezasseis cêntimos-----

--- Três.um.dois - Pintura a tinta texturada, após tratamento-----

--- (setecentos e noventa metros quadrados vezes oito euros e dezanove cêntimos) – seis mil quatrocentos e setenta euros e dez cêntimos-----

--- Três.dois - Trabalhos previstos contratuais: -----

ACTA N.º 024/2003  
Reunião de 3 de Novembro de 2003

--- Artigo quatro.um – Pintura em paredes exteriores, com tinta aquosa mate tipo Noráqua ou similar, em duas demãos, mantendo as cores existentes, incluindo demão de primário fixador, montagem e desmontagem de andaimes, e todos os trabalhos necessários ( menos setecentos e noventa metros quadrados vezes cinco euros e vinte e três cêntimos) – quatro mil cento e trinta e um euros e setenta cêntimos -----

--- Três.três - Custos Totais -----

--- Atinge-se o valor global de seis mil seiscentos e oitenta e seis euros e cinquenta e seis cêntimos. -----

--- Relativamente ao valor da adjudicação o custo destes trabalhos a mais representa cinco vírgula sessenta e nove por cento, valor enquadrável na legislação aplicável.” -----

--- O **Director do Departamento de Obras Municipais** emitiu o seguinte parecer: -----

--- “Nos termos da informação, vimos propor a aprovação dos trabalhos a mais, que se destinam à realização da mesma empreitada, se tornavam necessários na sequência de situações imprevistas e são para acabamento das obras. -----

--- Estes provocam um acréscimo de mais cinco vírgula sessenta e nove por cento relativamente à adjudicação.” -----

--- A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do senhor Vereador Soares Cruz, aprovar os trabalhos a mais no montante global de dez mil oitocentos e dezoito euros e vinte e seis cêntimos, e trabalhos a menos no valor de quatro mil cento e trinta e um euros e setenta cêntimos, devendo celebrar-se o respectivo contrato adicional. -----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Presidente. -----

--- **SANEAMENTO DO VALE DE SANTARÉM – V FASE – TRABALHOS A MAIS** – Pelo **Departamento de Obras Municipais** foi presente a informação número cento e sessenta e três – DIS, de trinta de Julho último, do seguinte teor: -----

--- “Durante o decorrer da obra referida em título, ocorreram diversos factos que implicaram na execução de alterações ao projecto, designadamente os seguintes: -----

**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

--- Um – Colisão do traçado do projecto dos colectores com o de outras infra-estruturas subterrâneas;-----

--- Dois – Necessidade de prolongar as redes projectadas até locais onde entretanto foram licenciadas novas construções;-----

--- Três – Ruína de um muro de suporte de terras adjacentes à linha d'água próxima do Bairro dos Rouxinóis durante os trabalhos de assentamento de colectores nesse local; ---

--- Quatro – Construção de descarregador hidráulico no aqueduto sob a Rua Poeta João Aldeia para acréscimo da secção de vazão em períodos de pluviosidade excessiva.-----

--- Perante estes factos é necessário encontrar soluções, devendo para isso ser alterado o perfil longitudinal dos colectores e também ser substituído o material das tubagens em alguns troços para adaptação aos novos perfis.-----

--- Para manter a estabilidade dos terrenos de assentamento dos colectores, na zona adjacente à linha d'água é necessário proceder à reconstrução do muro entretanto desmoronado devido ao avançado estado de ruína.-----

--- Em resultado das alterações, foi efectuado um levantamento dos trabalhos, do qual foram apurados os custos sintetizados no quadro seguinte:-----

<b>SANEAMENTO DO VALE DE SANTARÉM – V FASE</b>		
<b>BALANÇO DE CUSTOS RESULTANTES DAS ALTERAÇÕES</b>		
	<b>CUSTOS (€)</b>	<b>%</b>
Adjudicação	116.367,08	100
Trabalhos a Mais (contratuais)	16.583,80	14,25
Trabalhos a Mais (Não Contratuais)	12.251,52	10,53
<b>Total Trabalhos a Mais</b>	<b>28.835,32</b>	<b>24,78</b>

--- Na elaboração do quadro, apurámos um acréscimo de custos de vinte e quatro vírgula setenta e oito por cento relativamente à adjudicação, dos quais doze mil duzentos e cinquenta e um euros e cinquenta e dois cêntimos são trabalhos imprevistos e referem-se à reconstrução do muro.-----

ACTA N.º 024/2003  
Reunião de 3 de Novembro de 2003

--- Os preços unitários que serviram de base à elaboração dos custos do muro enquadram-se em valores actualmente praticados em trabalhos desta natureza, pelo que os consideramos em condições de aprovação. -----

--- À consideração de V. Ex.<sup>a</sup> a aprovação dos trabalhos a mais, num montante de vinte e oito mil oitocentos e trinta e cinco euros e trinta e dois cêntimos, (vinte e quatro vírgula setenta e oito por cento) relativamente à adjudicação.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos a mais no montante de vinte e oito mil oitocentos e trinta e cinco euros e trinta e dois cêntimos, acrescido de IVA, devendo celebrar-se o respectivo contrato adicional. -----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Presidente. -----

--- **HOMOLOGAÇÃO DA ACTA DO CONCURSO EXTERNO DE INGRESSO PARA PROVIMENTO DE UM LUGAR DE TÉCNICO SUPERIOR DE SEGUNDA CLASSE (ESTAGIÁRIO), DA CARREIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS** –

Para efeitos de homologação, nos termos da alínea a), do número três, do artigo quarto do Decreto-Lei número duzentos e trinta e oito/noventa e nove, de vinte e cinco de Junho, foi presente a acta da reunião do júri do concurso em epígrafe, ficando a mesma anexa à presente acta (Documento V), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. -----

--- A Câmara, tomando conhecimento, deliberou, por maioria, com abstenções dos senhores Vereadores do PSD - Partido Social Democrata, homologar a acta da reunião do júri do referido concurso mandando elaborar a lista definitiva de classificação e procedendo à classificação final e ordenamento dos candidatos nos termos do número um, do artigo quarenta do Decreto-Lei número duzentos e quatro/noventa e oito, de onze de Julho. -----

--- **PROJECTO DE BENEFICIAÇÃO E ARBORIZAÇÃO DE ÁREAS FLORESTAIS PERTENCENTES À CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM – “PROGRAMA AGRO - MEDIDA 3” – DECLARAÇÃO DE UTILIDADE**



ACTA N.º 024/2003  
Reunião de 3 de Novembro de 2003

**PÚBLICA** – Pela Arquitecta Paisagista Assessora Principal, Maria da Assunção Soares Lopes, da **Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida**, foi presente a informação número duzentos e trinta e três, de vinte e dois do mês findo do seguinte teor: -----

--- “Tal como estava preconizado na proposta inicial, uma das parcelas de terreno da Quinta de Vale de Ossos, para além de uma intervenção ao nível da arborização, irá ser beneficiada com a criação de um parque de merendas e um circuito de manutenção de utilização pública.-----

--- Para instrução do processo de candidatura, a desenvolver pela firma Silvitécnica, é necessário uma **declaração em como o terreno junto ao Complexo Aquático Municipal de Santarém**, que vai ser alvo da candidatura a um projecto florestal no âmbito do Programa Agro, medida três, **se insere num espaço público e que se pretende tornar numa área de lazer e desporto de Utilidade Pública.**” -----

--- A Câmara em face do parecer favorável do Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente deliberou, por unanimidade, concordar com a emissão de declaração em como o terreno junto ao Complexo Aquático de Santarém se insere num espaço público integrado numa área de lazer e desporto de utilidade pública. -----

--- **COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL – ABATE DE SOBREIROS POR UTILIDADE PÚBLICA (CONFORME ALÍNEA A) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO SEGUNDO DO DECRETO-LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE/DOIS MIL E UM, DE VINTE E CINCO DE MAIO)** – Pelo **Coordenador do**

**Gabinete de Projectos Municipais**, Arquitecto José Augusto Rodrigues, foi presente a informação número cento e dezanove, de vinte e sete do mês findo, do seguinte teor: ----

--- “**Um** – Com a finalidade de implantar a primeira fase do Complexo Desportivo Municipal foi solicitada à Direcção-Geral de Florestas (através dos serviços locais da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste conforme ofício duzentos e trinta mil e dezoito de dezasseis de Junho de dois mil e três) o abate de cinquenta e dois sobreiros. -----

**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

--- **Dois** – Em dezasseis de Outubro de dois mil e três, através do ofício quarenta e um mil e setenta e cinco da Direcção-Geral de Florestas, foi comunicado à Câmara o indeferimento daquela pretensão considerando que os sobreiros em causa estavam integrados num povoamento, conforme Artigo terceiro do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove/dois mil e um, de vinte e cinco de Maio. -----

--- **Três** – Em face do exposto, torna-se necessário recorrer ao previsto na alínea a) do número dois do artigo segundo do citado diploma que prevê a autorização de abate em casos excepcionais, devidamente justificados, em empreendimentos de imprescindível utilidade pública. -----

--- **Quatro** – Assim propõe que a Câmara delibere o recurso à prerrogativa referida no ponto anterior baseado nos fundamentos apresentados no Anexo A.” -----

--- Após alguma troca de impressões, a Câmara deliberou, por maioria, com abstenções dos senhores Vereadores do PSD - Partido Social Democrata, concordar com o abate dos sobreiros para implantação do Complexo Desportivo Municipal, com base nos fundamentos apresentados e que ficam anexos à presente acta (Documento VI), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei, devendo remeter-se o assunto ao Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas para os devidos efeitos. -----

--- **SCALABISPORT – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E ACTIVIDADES DESPORTIVAS, EMPRESA MUNICIPAL – MINUTA DE CONTRATO DE COMODATO** – A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o contrato de comodato a estabelecer com a SCALABISPORT – Gestão de Equipamentos e Actividades Desportivas, Empresa Municipal, com efeitos a partir de um do corrente mês. -----

--- O referido contrato fica anexo à presente acta (Documento VII), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. -----

--- **PRÉMIO CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM ATRIBUÍDO AO MELHOR ALUNO DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO – RATIFICAÇÃO**

--- **PRÉMIO CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM ATRIBUÍDO AO MELHOR ALUNO DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO – RATIFICAÇÃO** – Na sequência de um pedido, do Instituto Politécnico de Santarém, para atribuição de

ACTA N.º 024/2003  
Reunião de 3 de Novembro de 2003

prémio ao melhor aluno da Escola Superior de Educação no ano lectivo dois mil e dois/dois mil e três, o senhor **Vereador Joaquim Neto** propôs:-----

--- “À semelhança de anos anteriores, proponho a atribuição de um prémio no montante de seiscentos euros.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente, atribuindo um prémio no montante de seiscentos euros ao melhor aluno da Escola Superior de Educação.-----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador José Andrade.-----

--- **AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ALEXANDRE HERCULANO – PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA BIBLIOTECA ESCOLAR** – Pela Técnica Superior de Serviço Social, Dr.ª Maria José Montez, do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, foi presente a informação número mil e cinquenta e quatro, de dezassete do mês findo, do seguinte teor:-----

--- “Verificando-se a necessidade apresentada pelo Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano, de enriquecer o acervo bibliográfico da biblioteca da escola sede do agrupamento com publicações de livros infantis, permitindo o fomento do intercâmbio com as escolas e Jardins de Infância do material (livros) disponível.-----

--- Propõe-se a atribuição de um subsídio no valor de **quinhentos euros** que possibilite o início da implementação da resposta sugerida.”-----

--- O senhor **Vereador Joaquim Neto** emitiu o seguinte despacho:-----

--- “O que está em causa é que a Câmara delibere no sentido de que a verba de quinhentos euros, já aprovada para apoiar a edição de um livro, seja usada para aquisição de livros para a biblioteca escolar tendo como objectivo os escalões etários até ao quarto ano do Ensino Básico.-----

--- Proponho que, dada a carência daquele tipo de material no primeiro ciclo, se delibere no sentido de que a verba possa ser usada para os fins aqui referidos.”-----

**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no montante de quinhentos euros, para o efeito, em conformidade com o proposto pelo senhor Vereador Joaquim Neto. -----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador José Andrade. -----

--- **IMPLEMENTAÇÃO DO PROJECTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL – “O CANTO DOS RESÍDUOS” - NO ÂMBITO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM E A ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE SANTARÉM** – Pela Engenheira do

Ambiente, Maria João Cardoso, do **Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos e Promoção Ambiental**, foi presente a informação número cento e quatro, de catorze do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “Na sequência da aprovação do estágio final de curso, da aluna Rosália Rodrigues, do curso de Educação Social, no Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos e Promoção Ambiental, incluído no âmbito do protocolo entre a Câmara Municipal de Santarém e a Escola Superior de Educação de Santarém, iniciou-se a treze de Outubro do presente ano a implementação do projecto de Educação Ambiental “O Canto dos Resíduos”.-----

--- Este projecto, que visa envolver a terceira idade na temática ambiental despertando o seu interesse para questões como: práticas que conduzem ao bom estado e limpeza da via pública e dos contentores de resíduos sólidos indiferenciados, a importância da reciclagem e como reciclar e o actual destino dos resíduos hoje, tem como metodologia dinâmica, a realização de quatro workshops diferentes nas onze valências do concelho de Santarém, conforme se poderá observar no programa. -----

--- Os vários workshops realizam-se durante os meses de Outubro e Novembro, conforme o cronograma apresentado. -----

--- O projecto envolve duzentos e setenta e quatro idosos, conforme lista de valências participantes, onde se encontra, igualmente, o número de idosos por cada Centro de Dia.

**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

--- É de ressaltar que dos workshops constam duas exposições teóricas sobre o Ambiente, e em particular, sobre a gestão ambiental no município de Santarém, e duas práticas que consistem na execução de instrumentos musicais com materiais reutilizados, que produzirão o canto dos resíduos. A música dos instrumentos dos resíduos é indubitavelmente o meio forte de motivação deste projecto. -----

--- Em Dezembro, os instrumentos musicais construídos pelos idosos, serão vendidos numa Vendinha de Natal, que se realizará nas semanas de vinte e seis de Novembro de dois mil e três a doze de Dezembro de dois mil e três, na sala de entrada do edifício do Arquivo Distrital, em que a estagiária e a equipa Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos e Promoção Ambiental assegurarão o horário das nove às dezanove horas. -----

--- O dinheiro reunido será investido na aquisição de mini-ecopontos domésticos, para oferecer a todas as valência que participaram nesta iniciativa. -----

--- Pela importância social e certamente ambiental deste projecto sou de parecer que a sua divulgação junto dos meios de comunicação social local seria uma mais valia para o êxito desta iniciativa.”-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- **XII TORNEIRO INTERNACIONAL DE FUTEBOL VETERANO**

**“SANTEIRIM” – PEDIDO DE APOIO** - Pelo Técnico Superior de Educação Física de Primeira Classe, Dr. Joaquim Borges, do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, foi presente a informação número duzentos e trinta, de vinte e sete de Fevereiro do corrente ano, do seguinte teor: -----

--- “Na sequência da informação número cento e sessenta e três/dois mil e dois relativa ao pedido de apoio para a organização de torneio idêntico no ano de dois mil e dois cumpre-me informar V. Ex.<sup>a</sup> do seguinte: -----

--- a) veio a organização do torneio em epígrafe solicitar apoio para a concretização daquele evento através da oferta de almoço para os participantes, cedência de transportes e oferta de uma taça/troféu;-----

**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

--- b) em face dos valores referentes ao apoio atribuído no ano anterior estima-se que o apoio pretendido se cifre da seguinte forma: -----

Almoço	250-280 participantes	2.500 euros
Transportes	Recolha no aeroporto; vaivém entre campos e alojamento (3-4 dias); regresso ao aeroporto	2.500 – 2.750 euros
Taça/troféu	-	50 euros

--- Neste sentido, estima-se que o apoio solicitado ascenda a um valor total entre cinco mil euros a cinco mil e trezentos euros.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no montante de dois mil e quinhentos euros.-----

--- **CANDIDATURA AO SOLARH – PROGRAMA DE SOLIDARIEDADE E APOIO À RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÃO – ALBINO JESUS DUARTE SANTOS – TREMÊS** – Foi presente o processo de candidatura ao Programa SOLARH, apresentado por Albino Jesus Duarte Santos, residente no Outeiro de Alfazema, freguesia de Tremês, deste Concelho.-----

--- Na sequência deste pedido pela **Divisão de Gestão Urbanística** foi presente a informação número duzentos e trinta e sete, de dezoito de Setembro último, apresentando o relatório técnico do estado de conservação do imóvel e estimativa orçamental dos trabalhos a executar na habitação do requerente, no montante de **doze mil setecentos e sessenta e dois euros, acrescido de IVA**.-----

--- O requerente apresentou um orçamento no valor de **onze mil e quarenta e oito euros e cinquenta e três cêntimos, acrescido de IVA**.-----

--- A Câmara em face desta informação deliberou, por unanimidade, aprovar o orçamento apresentado pelo requerente, no montante de onze mil e quarenta e oito euros e cinquenta e três cêntimos, destinado à recuperação da sua habitação. -----

--- **CONCESSÃO DE LICENÇA AO ABRIGO DO DECRETO-LEI NÚMERO CENTO E TRINTA E NOVE/OITENTA E NOVE DE VINTE E OITO DE ABRIL – PEDIDO DE JOSÉ JESUS CORDEIRO TAINHA** – Pela Arquitecta Paisagista

ACTA N.º 024/2003  
Reunião de 3 de Novembro de 2003

Assessora Principal, Maria Assunção Soares Lopes, da **Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida**, foi presente a informação número duzentos e dois, de quinze de Setembro, do seguinte teor:-----

--- “Em face do pedido de **José de Jesus Cordeiro Tainha**, proprietário de um prédio rústico denominado **Casal Cordeiro**, sito em Vale do Carro, freguesia de **Alcanede**, neste Concelho, para licenciar a *reflorestação* de uma parcela de terreno com uma área total de **três vírgula seiscentos e noventa e quatro hectares** (assinalada nas plantas anexas ao pedido) com **eucaliptos**, temos a informar o seguinte:-----

--- **Primeiro** - A interpretação que foi feita pela Circunscrição Florestal da Marinha Grande ao Decreto-Lei número cento e trinta e nove/oitenta e nove mencionado, e posteriormente pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (circular trinta e um/oitenta e nove), considera que cit. “... as acções de florestação, independentemente da espécie usada, implicam acções de aterro ou escavação que conduzem a alterações do relevo natural e/ou das camadas de solo arável...”, razão pela qual as florestações são licenciadas pelas Câmaras ao abrigo deste Decreto-Lei. -----

--- **Segundo** - De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros número sessenta e oito/dois mil de um de Julho e da Portaria número duzentos e sessenta e um/noventa e quatro de trinta de Abril, a parcela encontra-se **excluída** tanto da **Reserva Ecológica Nacional (REN)** como da **Reserva Agrícola Nacional (RAN)**.-----

--- **Terceiro** - De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Director Municipal a área encontra-se em **Espaço Agro-Florestal**, sendo esta classe compatível com o uso pretendido. -----

--- **Quarto** - Em face do exposto **não se vê inconveniente em deferir o pedido de reflorestação**, devendo, no entanto, ser colhido o **parecer da Junta de Freguesia de Alcanede** quanto a esta reflorestação, tendo em vista ouvir a população residente ou proprietários da região, assim como salvaguardar outros interesses públicos, tais como achados arqueológicos, captação de águas, etc. -----

ACTA N.º 024/2003  
Reunião de 3 de Novembro de 2003

--- **Quinto** - Para evitar futuras possíveis reclamações e caso este pedido tenha um despacho favorável, será conveniente que se informe o requerente que, de acordo com o Decreto-Lei número vinte e oito mil e trinta e oito, de catorze de Setembro de mil novecentos e trinta e sete, é proibida a plantação ou sementeira de eucaliptos a menos de vinte metros de terrenos cultivados e a menos de trinta metros de nascentes, terras de cultura de regadio, muros e prédios urbanos.” -----

--- Consultada a Junta de freguesia de Alcanede, a mesma emitiu parecer favorável. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, em conformidade com o preconizado na informação atrás transcrita. -----

--- **DIREITO DE PREFERÊNCIA – PEDIDO DE NELSON FERNANDO CÉSAR TORRE – RATIFICAÇÃO** - – Foi presente um pedido de **Nelson Fernando César Torre**, residente na Rua Professor Pinto, número catorze, rés-do-chão direito, Vale de Estacas, freguesia de São Nicolau, nesta Cidade, solicitando autorização para proceder à venda, em regime de direito de superfície, da fracção “A”, correspondente ao número catorze, rés-do-chão direito, do prédio sito na Rua Professor Pinto Correia, freguesia de São Nicolau, nesta Cidade. -----

--- Contactada a **Junta de Freguesia de São Nicolau** a mesma informou que não pretende exercer o direito de preferência sobre os prédios mencionados. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente, emitindo a certidão solicitada, autorizando a venda e não exercendo o direito de preferência. -----

--- **ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS PELA CONCESSÃO DE LICENÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS** – Pelo Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente foi presente a informação número cinquenta e seis, de vinte e nove do mês findo, do seguinte teor: -----



**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

--- “Em resultado das novas competências atribuídas aos municípios, há necessidade de regulamentar as taxas a cobrar pela Câmara Municipal em relação aos serviços prestados no âmbito dessas competências. -----

--- Por outro lado, algumas taxas referentes a licenças diversas e serviços administrativos têm-se revelado pouco adequadas, justificando-se, deste modo, a sua revisão. -----

--- Assim, submete-se à aprovação da Câmara Municipal a proposta de alteração do “Regulamento e tabela de taxas pela concessão de licenças e prestação de serviços municipais”. -----

--- O Executivo Municipal solicitou informações sobre as taxas actualmente praticadas, pelo que, sob proposta do senhor Presidente, o assunto foi retirado da reunião, devendo ser novamente presente na próxima com os elementos solicitados. -----

--- **LIGAÇÃO DO NÓ DA SENHORA DA GUIA À ZONA INDUSTRIAL DE SANTARÉM – SEGUNDA FASE – Um** - Foi presente o acordo a estabelecer com o senhor **Arnaldo Delgado Lameiras**, nos termos do artigo onze do Decreto-Lei número cento e sessenta e oito, de dezoito de Setembro, tendo em vista a implantação da infra-estrutura em epígrafe numa parcela de terreno a ceder a título gratuito à Câmara Municipal de Santarém. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o referido acordo, ficando o mesmo anexo à presente acta (Documento VIII), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. -----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Soares Cruz. -----

--- **Dois** - Foi presente o acordo a estabelecer com a senhora **Maria de Fátima Ribeiro Ferreira**, nos termos do artigo onze do Decreto-Lei número cento e sessenta e oito, de dezoito de Setembro, tendo em vista a implantação da infra-estrutura em epígrafe numa parcela de terreno a ceder a título gratuito à Câmara Municipal de Santarém. -----

ACTA N.º 024/2003  
Reunião de 3 de Novembro de 2003

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o referido acordo, ficando o mesmo anexo à presente acta (Documento IX), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. -----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Soares Cruz.-----

--- **RUA PEDRO DE SANTARÉM/LARGO CÂNDIDO DOS REIS – TRÂNSITO** –

Pelo **Departamento de Obras Municipais** foi presente a informação número duzentos e trinta e dois, de trinta e um de Outubro, do seguinte teor: -----

--- “Os passeios circundantes ao edifício do W Shopping foram repostos tendo em conta o dimensionamento, geometria e circulação viária da futura rotunda a implantar no Largo Cândido dos Reis e os ramos de acesso – Rua Pedro de Santarém e Avenida António dos Santos. -----

--- Nestes termos, o perfil transversal e a geometria de concordância no Largo Cândido dos Reis e Rua Pedro de Santarém apresenta características para assegurar o trânsito de veículos apenas num único sentido de circulação (sul/norte) no troço entre o cruzamento da Rua Nuno Velho Pereira e o Largo Cândido dos Reis. -----

--- Assim torna-se necessário proceder à rectificação da sinalização vertical adequando-a às novas condições de trânsito, conforme planta anexa.” -----

----A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à rectificação da sinalização vertical, conforme proposto na informação atrás transcrita, ficando a respectiva planta anexa à presente acta (Documento X), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. -----

----- **TEMAS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL** -----

--- Fax de **Listorres – Contrato de Factoring** -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- **Banco Comercial Português - Contrato de Factoring**-----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício da **Chefe de Gabinete de sua Excelência o Ministro das Obras Públicas,**

ACTA N.º 024/2003  
Reunião de 3 de Novembro de 2003

**Transportes e Habitação**, remetendo relatório elaborado pelo Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes a propósito da Consolidação das Encostas e Muralhas de Santarém, ficando o mesmo anexo à presente acta, dispensando-se a sua transcrição nos termos da lei.-----

--- Este assunto foi objecto de ampla troca de impressões tendo o **senhor Presidente** sublinhado aspectos que considerou mais relevantes. -----

--- Lembrou que este Relatório surge na sequência de uma reunião que manteve com o senhor Ministro que ficou claramente sensibilizado para a matéria em causa, tendo proferido um despacho que deu origem ao referido relatório. -----

--- Manifestou a sua satisfação por esta tomada de posição e disse esperar que no futuro próximo venham a ser tomadas medidas que permitem efectivamente minimizar os impactos que todos temem que se verifiquem.-----

--- O senhor Vereador **Soares Cruz** disse constatar, face ao Relatório, que o Estado reconhece a importância deste problema assumindo a sua tutela, todavia a Câmara não pode ficar tranquila e deverá tomar providências para que, efectivamente, sejam desenvolvidas as obras. -----

--- O senhor Vereador **Manuel Afonso** referiu que mantém a sua preocupação relativamente a este problema, tendo sido já marcada uma reunião, para o próximo dia doze, da Comissão Interministerial, com a presença, também, do Instituto de Estradas de Portugal e Instituto da Água, conforme é apontado no referido Relatório. -----

--- O senhor Vereador **José Marcelino** defendeu que a Câmara assumira a liderança neste processo, devendo aproveitar este Relatório para exigir ao Governo que tome medidas urgentes.-----

--- O **Senhor Presidente** salientou a urgente necessidade de meios financeiros, lamentando que o PIDDAC - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central não incluía verbas para as obras, pelo que se deverá exercer pressão para que sejam atribuídas verbas para uma intervenção global.---

ACTA N.º 024/2003  
Reunião de 3 de Novembro de 2003

--- O senhor Vereador **José Andrade** foi de opinião de que não se deve desperdiçar a oportunidade apresentada pelo Relatório que considera este problema Nacional. Todavia, em seu entender, a Câmara deverá liderar o processo e encontrar um modelo organizativo que permita as intervenções mais urgentes e a criação de um projecto global, devendo também, decidir sobre qual a melhor solução e apresentar proposta ao Governo.-----

--- A senhora Vereadora **Hélia Félix** frisou que este Relatório chama a atenção para os riscos existentes, pelo que a Câmara deverá tomar uma atitude de liderança e definir qual o melhor caminho a seguir.-----

--- O senhor Vereador **José Rui Raposo**, dada a gravidade da situação e a necessidade da Câmara ter um papel dinamizador, propôs a constituição de uma Comissão tripartida, com o senhor Presidente e um Vereador de cada Partido, que deverá ser o motor de todo o processo e contactar o Governo e as entidades da Administração Central para participarem na resolução técnica do problema.-----

--- O senhor Vereador **José Andrade** manifestou a sua concordância com esta proposta.

--- Também o **senhor Presidente** disse não se opôr à constituição dessa Comissão formada pelo Executivo, acrescentando, todavia, que irá acompanhar o processo no sentido de se concretizarem as medidas preconizadas no Relatório em apreço.-----

--- Tomado conhecimento.-----

--- **VI Congresso Mundial das Cidades Taurinas.**-----

--- Tomado conhecimento.-----

--- Acordo de Colaboração com o **Instituto Português de Museus**, ficando o mesmo anexo à presente acta (Documento XI), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei.-----

--- A Câmara tomou conhecimento, concordando com os termos do presente acordo.----

--- Sob proposta do **senhor Presidente**, a Câmara deliberou, unanimemente, aprovar em minuta os termos da presente acta a fim de produzir efeitos imediatos.-----

**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

--- Finda a análise dos assuntos constantes da ordem de trabalhos, o **senhor Presidente** convocou a próxima reunião do Executivo Municipal para o dia dezassete de Novembro, com início às quinze horas e de acordo com a competência que lhe confere o número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, declarou aberto o “**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO**”:

--- Interveio a munícipe Alexandrina Baptista, que aludiu à falta de cuidado com a segurança e o bem estar dos inquilinos do edifício sito no Largo de Marvila, onde reside com seus pais. Referiu que apesar do senhor Vereador Manuel Afonso se ter deslocado ao local, o problema mantém-se e solicitou a colaboração da Câmara para a resolução do assunto.

--- Interveio também o senhor Benjamim Madeira Calhau a propósito de um problema com o arranque de uma oliveira na sua propriedade.

--- Por último interveio o senhor Diogo Anjos Moreira que teceu diversos problemas relacionados com construções no Alto do Vale.

**ENCERRAMENTO**

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente foi declarada encerrada a reunião eram vinte horas quarenta minutos, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada.

--- E eu, \_\_\_\_\_ Chefe de Repartição em Regime de Substituição a redigi e subscrevi. \_\_\_\_\_

**O PRESIDENTE**

--- Eng.º Rui Barreiro \_\_\_\_\_

**OS VEREADORES**

**ACTA N.º 024/2003**  
**Reunião de 3 de Novembro de 2003**

--- Eng.º José Andrade \_\_\_\_\_

--- Manuel Afonso \_\_\_\_\_

--- José Marcelino \_\_\_\_\_

--- Dr.ª Hélia Félix \_\_\_\_\_

--- Idália Moniz \_\_\_\_\_

--- Eng.º Joaquim Neto \_\_\_\_\_

--- Dr. Henrique Soares Cruz \_\_\_\_\_

--- José Rui Raposo \_\_\_\_\_